SUMÁRIO

PARTE I
FUNDAMENTOS DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TECNOLÓGICA

Capítulo 1

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TECNOLÓGICA COMO DISCIPLINA AUTÔNOMA 23
1.1. Uma constatação prática, não uma tese acadêmica 23
1.2. A autonomia que não é ornamental 24
1.3. A distinção fundamental em relação aos crimes cibernéticos 26
1.4. O objeto: o vestígio informacional juridicamente relevante 27
1.5. A linguagem própria da disciplina 28
1.6. O contexto histórico que justifica a urgência 29
1.7. Uma hipótese para ilustrar a transversalidade 30

Capítulo 2

O MÉTODO EM SETE FASES: DA IDENTIFICAÇÃO À APRESENTAÇÃO 33
2.1. Por que o método importa mais do que a ferramenta 33
2.2. Fase 1 – Identificação: a pergunta antes da busca 34
2.3. Fase 2 – Preservação: congelar o estado antes do exame 35
2.4. Fase 3 – Obtenção: a legalidade como condição de validade 35
2.5. Fase 4 – Tratamento: do dado ao elemento verificável 36
2.6. Fase 5 – Correlação: padrão não é causalidade 37
2.7. Fase 6 – Interpretação e o Controle de Viés Investigativo 38
2.8. Fase 7 – Apresentação: traduzir o técnico para o jurídico 38

Capítulo 3

OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA INVESTIGAÇÃO TECNOLÓGICA 41
3.1. Direitos fundamentais como condições estruturais, não como obstáculos 41
3.2. O marco normativo aplicável: regimes distintos para dados distintos 42
3.3. Gradações da intervenção: fonte aberta, dado comercial e medida intrusiva 43

PARTE II
PROVA DIGITAL, FONTES ABERTAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Capítulo 4

CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA DIGITAL: O VESTÍGIO QUE NÃO SE VÊ 47
4.1. O que torna o vestígio digital singular 47
4.2. A cadeia de custódia: fundamento legal e lógica procedimental..... 48
4.3. As técnicas que sustentam a integridade: hash, cópia forense e documentação 48
4.4. O equilíbrio jurisprudencial: integridade como condição de validade... 49
4.5. O elo mais frágil: o primeiro respondedor 50
4.6. A hipótese que ilustra a diferença 51

Capítulo 5

FONTES ABERTAS NA INVESTIGAÇÃO: O MÉTODO POR TRÁS DA INFORMAÇÃO PÚBLICA..... 53
5.1. OSINT: entre a potência e a banalização 53
5.2. Da informação à inteligência: a progressão que não pode ser pulada 54
5.3. Verificação: o imperativo metodológico insubstituível..... 54
5.4. As quatro gradações do acessível e a proporcionalidade sistêmica. 55

Capítulo 6

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA INVESTIGAÇÃO: ENTRE A EFICIÊNCIA E A RESPONSABILIDADE 57
6.1. O entusiasmo legítimo que precisa de método..... 57

6.2. O que a IA faz e o que ela não faz 58
6.3. Rastreabilidade, explicabilidade e a incompatibilidade da caixa preta 58
6.4. IA, viés de confirmação e o controle metodológico 59
6.5. IA como inteligência, não como prova: a distinção que sustenta o método 60
6.6. Proteção de dados, finalidade e a pergunta que sempre precede o uso 60

PARTE III
CRIMINALIDADE DIGITAL, DRONES E PROTEÇÃO DE DADOS

Capítulo 7

FRAUDES ELETRÔNICAS: A ENGENHARIA SOCIAL COMO PORTA DE ENTRADA DO CRIME 63
7.1. O golpe não está na máquina 63
7.2. A anatomia da manipulação: urgência fabricada e gatilhos emocionais 64
7.3. O enquadramento jurídico: distinções que definem a investigação 64
7.4. Padrões que se repetem: o mapa que orienta a investigação 65
7.5. Seguir o dinheiro e os dados: dois rastros em paralelo 66

Capítulo 8

DRONES NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E NA SEGURANÇA PÚBLICA 67
8.1. Da novidade à ferramenta institucional 67
8.2. Da imagem à prova: o que valida o registro aéreo 68
8.3. Privacidade, proporcionalidade e o limite do espaço protegido 68
8.4. Regulação aeronáutica e formação do operador 69

Capítulo 9

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PERSECUÇÃO PENAL: O EQUILÍBRIO ENTRE INVESTIGAR E PROTEGER 71
9.1. O investigador imerso em dados 71
9.2. O regime jurídico próprio da investigação penal 72
9.3. Três distinções que a prática frequentemente confunde 72

9.4. Dados sensíveis, terceiros e o princípio da minimização 73
9.5. Reserva de jurisdição: proteção simultânea do cidadão e da prova 73

Capítulo 10

DEEPFAKES E MANIPULAÇÃO SINTÉTICA: A PROVA DIANTE DAQUILO QUE PARECE REAL 75
10.1. A presunção que está ruindo 75
10.2. O dano à vítima: acolhimento e responsabilização 76
10.3. O álibi da dúvida e o método de autenticação 77

PARTE IV
INTELIGÊNCIA CRIMINAL, NUVEM E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo 11

INTELIGÊNCIA CRIMINAL E INVESTIGAÇÃO: APOIO, NÃO SUBSTITUTO 81
11.1. Inteligência e investigação: funções distintas e complementares. 81
11.2. Por que a confusão custa caro 82
11.3. Técnicas de inteligência criminal aplicadas à investigação tecnológica 83
11.4. O papel da análise criminal na investigação contemporânea 83

Capítulo 12

NUVEM, PLATAFORMAS DIGITAIS E A INVESTIGAÇÃO ALÉM DO DISPOSITIVO 85
12.1. A migração da prova para a nuvem 85
12.2. Os regimes de acesso a dados em plataformas digitais 86
12.3. O desafio da criptografia de ponta a ponta 86
12.4. Preservação de urgência em plataformas digitais 87

Capítulo 13

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NA INVESTIGAÇÃO DIGITAL 89
13.1. Por que a cooperação é incontornável 89
13.2. Os instrumentos disponíveis: de tratados a acordos bilaterais 90
13.3. As limitações práticas e a gestão das expectativas 90

PARTE V
PREVENÇÃO, FORMAÇÃO E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

Capítulo 14

EDUCAÇÃO DIGITAL E CIBERCIDADANIA: PREVENIR ANTES DE REMEDIAR 95
14.1. O desconhecimento como ambiente que o crime habita 95
14.2. Cibercidadania: direitos, deveres e convivência no espaço digital... 96
14.3. Uma responsabilidade que não pode ser terceirizada 97
14.4. O pensamento crítico como vacina contra a desinformação..... 97
14.5. Prevenir é a forma mais eficiente de proteger 97

Capítulo 15

GOVERNANÇA, CAPACITAÇÃO E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL 99
15.1. Tecnologia sem governança produz risco, não resultado..... 99
15.2. Padronização de procedimentos: a memória institucional da investigação 100
15.3. Capacitação como política permanente, não como evento 100
15.4. O limite da tecnologia e a centralidade permanente do juízo humano 101

CONSIDERAÇÕES FINAIS **103**

ÍNDICE ANALÍTICO **105**

REFERÊNCIAS **109**

CASOS DE APLICAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA **113**

Caso 1

O GALPÃO E OS TRÊS RASTROS 115
Fundamentos da obra aplicados 119

Caso 2

A ÚLTIMA ANTENA 121
Fundamentos da obra aplicados 124

Caso 3

A VOZ DO FILHO QUE NÃO ERA O FILHO 125
Fundamentos da obra aplicados 128

Caso 4

O DESAPARECIMENTO QUE OS DADOS CONTARAM 129
Fundamentos da obra aplicados 131

Caso 5

A ORGANIZAÇÃO QUE CONVERSAVA EM SEGREDO 133
Fundamentos da obra aplicados 136

Caso 6

A IMAGEM QUE MENTIA 139
Fundamentos da obra aplicados 142

Caso 7

O DINHEIRO QUE CRUZOU A FRONTEIRA 143
Fundamentos da obra aplicados 146

Caso 8

O OLHAR DO DRONE E O LIMITE DO MURO 147
Fundamentos da obra aplicados 149

Caso 9

O ROSTO QUE O ALGORITMO APONTOU 151
Fundamentos da obra aplicados..... 154

Caso 10

AS AMEAÇAS E O PERFIL QUE SE ESCONDIA 155
Fundamentos da obra aplicados..... 158

Caso 11

A DEVASSA QUE NÃO HOUVE 161
Fundamentos da obra aplicados..... 164

Caso 12

O RESGATE EM MOEDA QUE NINGUÉM VIA 167
Fundamentos da obra aplicados..... 171

Caso 13

A PROTEÇÃO QUE VEM ANTES DA PROVA 173
Fundamentos da obra aplicados..... 176

Caso 14

A CONTA BANCÁRIA QUE HAVIA MUDADO 179
Fundamentos da obra aplicados..... 182

FECHAMENTO. O MÉTODO SOBRE A MÁQUINA **185**